

A elite benfeitora e o legado para assintência infantil no Rio de Janeiro: Hospital José Carlos Rodrigues(1909-1929)

BÁRBARA DAMASCO¹

Elite: conceito e limites

Visto que um dos objetivos deste trabalho é analisar a elite dos intelectuais cariocas, no tange a parte conceitual da mesma, e para tal um breve balanço teórico será necessário. Assim como discutir a influência dessa elite, a formação recebida e o que legou para as gerações futuras. A proposta é tratar de “uma dessas elites”, aqui a elite em questão é a intelectual.

A reflexão a cerca do poder e seu simbolismo, dos intelectuais tanto no que diz respeito à formação e características dos integrantes dessa camada, quanto a sua composição, assim como também o bacharelismo fazem parte dessa etapa do trabalho. Tendo em vista que são alguns dos elementos fundamentais para entendermos a dinâmica da elite intelectual no Império no Brasil, logo para entendermos o grupo seguinte tais reflexões se fazem necessárias, seja em relação à concepção do poder, as características dos intelectuais e quem são eles, como também a problemática do bacharelismo, e conseqüentemente de que forma esses elementos estão relacionados.

Entenderei por elite, neste trabalho, um grupo de pessoas influentes, ou seja, detentores dos setores fundamentais para a sociedade, e desta maneira o grupo que controla o grupo, este grupo participa de vários setores da sociedade, assim possui influência extensa, a concepção aqui adotada é a mesma assumida por Norberto Bobbio

“I. DEFINIÇÃO DE ELITE. — Por teoria das Elites ou elitista — de onde também o nome de elitismo — se entende a teoria segundo a qual, em toda a sociedade, existe, sempre e apenas, uma minoria que, por várias formas, é detentora do poder, em contraposição a

¹ Bárbara Damasco é mestranda no Programa de Pós Graduação em História das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz, participante do programa de bolsas Fiocruz.

E-mail: barbara_damasco@yahoo.com.br

uma maioria que dele está privada. Uma vez que, entre todas as formas de poder (entre aquelas que, socialmente ou estrategicamente, são mais importantes estão o poder econômico, o poder ideológico e o poder político), a teoria das Elites nasceu e se desenvolveu por uma especial relação com o estudo das Elites políticas, ela pode ser redefinida como a teoria segundo a qual, em cada sociedade, o poder político pertence sempre a um restrito círculo de pessoas: o poder de tomar e de impor decisões válidas para todos os membros do grupo, mesmo que tenha de recorrer à força, em última instância.” (BOBBIO,1998:385)

É desse grupo detentor do poder da sociedade carioca que tratarei, bem como de sua formação, brevemente, e o papel da mesma nas medidas adotadas por esse grupo social que impulsionava a sociedade carioca do final do século XIX, bem como a da virada do século. A análise sobre o poder simbólico se desenrola no bojo dos mecanismos de dominação, não naqueles que dizem aos que fazem uso de violência física. Neste ponto deve ser salientado que o poder que é intrínseco a esse grupo deve considerar várias instâncias, mas a influência desse grupo pode ser observada, em variadas instâncias.

O poder simbólico tem que se adequar as condições históricas, ou seja, ele faz sentido, no que diz respeito às características sociais do momento histórico em questão. Como bem diz Pierre Bourdieu “O poder simbólico é um poder de construção da realidade que tende a estabelecer uma ordem gnoseológica: o sentido imediato do mundo(e, em particular, do mundo social) (...).(BOURDIEU,1999:9)

Considerando que o poder simbólico é apropriado as condições históricas do momento, e o período em questão, a dinâmica da relação de poder engloba as buscas imediatas do regime vigente seus conflitos e as negociações. A idéia de intelectuais sem laços é rescindida por Bourdieu, que compreende a dinâmica acadêmica como caracterizada em parte, por interesses como exemplo reconhecimento por parte desse grupo, que de certa forma, enxerga aproximações aos seus interesses.

As diferenças no desenvolvimento das colônias espanhola e portuguesa, no nível político explicam características fundamentais das elites dessas colônias. As políticas implementadas pelos colonizadores, ao colonizar, como no caso da política espanhola que ao colonizar criava universidades nas colônias, impossibilitavam a existência de um

elemento que unificasse a elite dessas localidades. Visto que vários pólos acadêmicos originam formas de pensamento diversos, e vale mencionar que o ensino nessas universidades estavam fortemente ligados a religiosidade.(CARVALHO,2003:39)

O Brasil, colônia portuguesa, que não contava com universidades em seu território, para formar seus intelectuais, os enviava a Coimbra. A formação recebida em Coimbra era mais jurídica. Desta maneira, com a elite sendo formada em um centro comum, as características e ideais do grupo foram “padronizados” por um tipo de formação.

E é essa elite brasileira de magistrados e juristas, que como grupo intelectual que exerce papel dominante na sociedade. Um grupo que concentrado em um centro, Coimbra, se manteve isolado das doutrinas ideológicas revolucionárias, e essa elite sustenta essas características, e forma em posteriormente seus integrantes nas escolas de direito, e os alocam nos cargos políticos.

Desta forma tanto a unidade nacional quanto a unidade política se vinculam a uma espécie de homogeneização ideológica da elite brasileira, que era oriunda da universidade de Coimbra, ainda que não sejam resultado exclusivamente desta. Assim como também são resultado da atuação dos abolicionistas e outros elementos que moldaram o Estado brasileiro.

Neste sentido é possível estabelecer uma espécie de relação entre a educação e a cultura como modificadores da realidade, transformadores do mundo e do homem. Pensar a elite é conseqüentemente pensar os intelectuais, e também tentar refletir a cerca desse grupo que organiza a cultura, estes que estão ligados aos grupos sociais dominantes, e que são socialmente legitimados como “guia” do caminho da sociedade.

A busca da elite por diplomas de bacharel de direito estava vinculada aos cargos públicos, altos cargos, que é válido suscitar sempre foram valorizados, e eram ainda mais concorridos em razão da escassez de empregos. Tais condições estruturais que levam a busca de estabilidade. Toda essa dinâmica é vista como uma praga, por Sérgio Buarque de Holanda que a denominada “ praga do bacharelismo.” (HOLANDA,2008:156) Usando uma tipologia weberiana podemos dizer que a carta de

bacharel é símbolo de prestígio. Ainda que dependessem de indicações para ocuparem cargos públicos.

Não ocorreu a desconstrução da valorização do cargo público, as elites não buscaram uma modificação da “estrutura da sociedade” e sim alterações das características. Não existia a preocupação com a mudança da estrutura por parte das elites, e sim dos “elementos”.

Neste contexto a bacharéis e doutores ascenderam, estes que eram filhos dos empreendedores, e não poucos tinham vínculos com interior (agrários), velhas aristocracias. É um bacharel “miscigenado” e um Liberalismo que não penetra os limites da fazenda.

Com o governos dos bacharéis, que certamente agiam em causa própria. Utilizando o aparelho para fins privados. Esses bacharéis que foram os formadores do Estado transformam, de certa forma, o aparelho administrativo em um governo que o beneficiava.

Neste Estado patrimonial em que o público e o privado não se separam por completamente, os preceitos do Liberalismo não conseguem se instalar. E a “política do favorecimento” é usada exaustivamente.

Esses bacharéis que eram, em grande número, “herdeiros” dos interesses agrários, associados as grandes propriedades rurais, e que eram abastados economicamente e que estavam, facilmente ligados aos “poderes” locais. Foram formados pelas academias de direito estavam envolvidos com a exploração econômica e dominação política, como bem diz Sérgio Adorno “...os bacharéis não fizeram senão colocar os interesses agrários em contato com o aparato administrativo do Estado, para o que exemplarmente disciplinados nos cursos jurídicos.” (ADORNO,1998:159-160)

Está é uma tentativa de ordenamento das relações estabelecidas entre diferentes concepções, que se complementam e que juntas fazem sentido. À medida que possamos compreender a percepção de poder, e de que maneira o simbolismo desse poder se dá, e conseqüentemente está ligado, na medida em que é característica fundamental das elites

intelectuais que organizam as mudanças. E do bacharelismo de um grupo homogêneo intelectualmente por uma cultura semelhante da formação.

A elite da virada do século XX é “herdeira” da elite do século XIX, visto que pertence à sociedade daquela época, são das famílias dominantes. Bem minha proposta aqui, é considerar o papel dessa elite carioca na “construção” de uma rede assistencial (hospitalar), para o tratamento das crianças necessitas, e para tal tratarei do caso da criação do Hospital José Carlos Rodrigues, também conhecido como a Policlínica das crianças.

Nessa linha de reflexão entendemos *elite* como atores, situados no topo de uma sociedade construída hierarquicamente, unidos por determinados valores e crenças. E o estudo da prosopografia, ou biografia coletiva, torna-se extremamente rico por permitir compreender a “complexidade de suas relações e de seus laços objetivos com o conjunto ou setores da sociedade”.(HEINZ,2006:08)

A Assistência e a Santa Casa de Misericórdia no Rio de Janeiro

Criada em Lisboa, em 1498, a Irmandade da Misericórdia teve uma ação mais intensa, embora inspirada nas confrarias medievais, variada e completa que as anteriores. Sua intenção era difundir a doutrina cristã e praticar a caridade, constituindo, assim, um forte apoio social, especialmente à população com maiores dificuldades. A Santa Casa de Lisboa serviu como modelo para outras Santas Casas disseminadas por todas as partes do mundo português(MANUEL,1988/1989), o que auxiliava na reiteração da presença do império português, dando-lhe unidade e suporte aos colonizadores.(BOXER,2002)

Muitas das Santas Casas excederam cinco séculos de existência, sobrevivendo às marcantes transformações políticas, sociais e econômicas. Dessa forma, o Estado Português, com o suporte das ações misericordiosas das Santas Casas “lançaram os alicerces de um sistema de apoio social, relativamente uniformizado, assente numa

explícita lógica de divisão de funções, que ambicionava abranger os presos, as crianças desprotegidas, os pobres e os doentes.”(ABREU,2004:13)

O trabalho de Ilmar R. de Mattos é introduzido nessa discussão na medida em que um dos conceitos do seu trabalho pode ser inserido na representatividade social que a ação filantrópica representava. Nesse ponto não estaremos atidos ao fato de que no mundo português existia um sistema assistencial que era recorrente.

Para além desta *uniformização* do sistema assistencial reinante no Império ultramarino português, no Brasil, o prestígio social era uma das faces da *moeda colonial* em transformação – para nos valermos no conceito proposto pelo historiador Ilmar R. de Mattos.(MATTOS, 2004) Desse modo, os donativos e legados feitos às irmandades, assim como o pertencimento a estas, se explicam não só por seu caráter religioso e caridoso, como também pelo prestígio social a ela agregado desde os tempos coloniais.

Cabe ainda uma breve diferenciação entre filantropia e caridade, para evitar equívocos conceituais. A filantropia traz consigo a idéia de utilidade social, e desta forma não está vinculada à piedade, é referente à ação que intenciona o bem-estar do outro, uma virtude social. Já a caridade estaria vinculada a um dos mandamentos (ajudar ao próximo) e assim ligada ao fato de ser temente a Deus, configurando assim, uma virtude cristã.(DUPRAT,apud, SANGLARD,2008)

As Irmandades da Misericórdia assumiram no Brasil - e demais colônias portuguesas - o papel de instituição pública, não só por receber o padroado régio. Esta característica da atuação das Santas Casas estava ligada também à percepção da fronteira entre o público e o privado, tanto no período Imperial, quanto na República. Apesar de estarem aparentemente atuando em campos opostos, as ações dos diferentes agentes envolvidos com a assistência eram, muitas vezes, complementares. A instituição podia ser de caráter privado, mas sua ação era pública. Ou dito de outra forma:

Distintas foram, sim, as formas de gestão das variadíssimas instituições assistenciais; as tutelas que sobre elas se exerceram; as denominações – ou os significados de denominações semelhantes –; os tempos de intervenção dos poderes institucionais. Comum foi também, muitas vezes, a interatividade, quando não a complementaridade, entre os diferentes organismos envolvidos

na assistência, mesmo quando posicionados em campos opostos²(ABREU,2004:11)

Neste arranjo de forças, ao Estado caberia apenas agir em tempos de grande calamidade pública, quando a ordem estivesse em perigo, ou seja, durante as epidemias; e na fiscalização dos portos e do exercício profissional.

Na experiência brasileira manteve-se esta relação entre a Irmandade da Misericórdia e o Estado na assistência, pois apesar de ser uma instituição privada, as Misericórdias exerceram, ao longo dos séculos, uma função pública – seu hospital era o único voltado para o atendimento aos pobres e não apenas aos membros da irmandade.

A prática de assistência caritativa atravessou os séculos, mesmo tendo os hospitais se tornado cada vez mais espaço da terapêutica em detrimento da caridade. Assim, entendia-se como assistência um vasto e abrangente leque de ações às quais se atribuía um caráter público – desde os cuidados à infância e à maternidade, até a velhice e a loucura –, e que envolvia um conjunto de instituições públicas e privadas, laicas e religiosas – hospitais, asilos, orfanatos, colônias, creches, ligas, postos médicos, maternidades, hospícios, dispensários, policlínicas –, cujos limites de atuação eram tênues e permeáveis. Vale ressaltar que, embora basicamente a cargo do Estado, a assistência pública foi exercida por diversas entidades caritativas e/ou filantrópicas como as sociedades civis e religiosas, fundações assistenciais e outros grupos comunitários.

Ao refletir sobre as transformações sofridas pela cidade do Rio de Janeiro na virada do século e em todo o contexto da *Belle Époque* carioca, percebe-se que esta era a época de florescimento de relações sociais na cidade. A reforma urbana levada a cabo pela gestão do prefeito Pereira Passos (1904), com a abertura da Av. Central, do Teatro

² ABREU, Laurinda (ed.). *Igreja, caridade e assistência na península Ibérica (sécs. XVI-XVIII)*. Évora: Edições Colibri/CIDEHUS-Universidade de Évora; 2004, p.11.

Municipal, da Escola de Belas Artes; das reuniões na Livraria Garnier; retificaram o papel desta cidade. De outro lado, a reforma sanitária posta em prática por Oswaldo Cruz nesta mesma época e os resultados de sua campanha, mesmo feita sob protesto dos populares, contra a febre amarela na cidade, não só valorizaram o papel da saúde pública, como também da ciência desenvolvida no então Instituto Soroterápico Federal, dirigido por ele.

A virada do século XX também se constituiu como um período de grandes transformações no que tange à assistência hospitalar, sendo o hospital da Misericórdia carioca constantemente inadequado para a moderna medicina que se praticava. Neste “jogo” de críticas e aproximações a Misericórdia do Rio de Janeiro vai se equilibrando e mantendo seu papel de hospital público da cidade.

O início do século XX é marcado, no campo da assistência, pela redefinição dos papéis sociais e que teve nos Congressos nacionais e internacionais de Assistência Pública e Privada o palco privilegiado de defesa de suas idéias. Nestes eventos, médicos e filantropos discutiam e propunham ações nesta área. No Brasil, a Primeira República vai ser caracterizada pelo questionamento dos serviços hospitalares e as conclusões gerais do 1º Congresso Nacional de Assistência Pública e Privada, ocorrido em 1908 no Rio de Janeiro, no âmbito da Exposição Nacional, nos ajudam a entender as discussões que ganharam a agenda de médicos e filantropos, primordialmente: infância, assistência hospitalar e de urgência.

É neste contexto que será aberto pela Misericórdia do Rio de Janeiro – o hospital *José Carlos Rodrigues* (1909). Desta forma, este trabalho chama atenção para o papel da filantropia nesse processo de formação da nova percepção, ou do novo papel, da assistência hospitalar no país, notadamente aquela voltada à assistência materno-infantil, na medida em que será através dela que se dará a abertura destes espaços dedicados à assistência médica.

A criação do Hospital José Carlos Rodrigues

A Policlínica das Crianças que inicialmente seria um hospital, mas que em virtude da escassez de recursos e também pelo perfil de uma policlínica assim foi feita, foi criada no início do século XX, para tratar exclusivamente das crianças da cidade do Rio de Janeiro, que até o momento não contavam com um hospital dedicado a elas na cidade. O Hospital das Crianças da Santa Casa da Misericórdia foi iniciativa de dois grandes benfeitores: o suíço Albert Bach, que deixou bens para essa obra de caridade e José Carlos Rodrigues, que em 1903 era mordomo do Hospital Geral da Santa Casa da Misericórdia do Rio de Janeiro, estando assim ligado as ações da Santa Casa da Misericórdia do Rio de Janeiro. Para construção da Policlínica foi comprado pelo benemérito o terreno para construção, os materiais e foi providenciado o projeto arquitetônico

Para aquele fim comprara ele a espaçosa e bela chácara da rua Marquez de Abrantes nº20, que doou e foi incorporada ao patrimônio da Santa Casa da Misericórdia por escritura de 16 de julho daquele ano 1903. [...] [...]e em janeiro de 1907 foi contratada a construção, fornecido esses materiais pelo doador, com os projetos arquitetônicos o Senhor Antonio Jannuzzi & Filhos[...] (Arquivo do IHGB, Coleção José Carlos Rodrigues, notação: 585-1).

José Carlos Rodrigues era um “típico” herdeiro da sociedade do século XIX (CARDIM, Revista do IHGB, 185: 128) além de mordomo do Hospital Geral da Santa Casa da Misericórdia do Rio de Janeiro, era proprietário e diretor do principal veículo de comunicação do país no período, o Jornal do Commercio. A atuação política desse importante membro da elite carioca pode ser observada no seguinte fragmento: “é – me sumamente agradável levar ao conhecimento de V. Ex. um mimo em reconhecimento dos altos serviços prestados por V. Ex. à causa do comercio na questão das taxas do porto.” (Arquivo do IHGB, Coleção José Carlos Rodrigues, notação: 585-1). Com relação ao mimo que lhe foi dado, José Carlos Rodrigues escreveu a Edward G. Hime dentre outras coisas:

Se, porém, insistem em provar a sua benevolência, permita-me dizer-lhe que um mimo, para ser-me agradável, poderia tomar a forma de uma dádiva para a construção do novo Hospital de Crianças da Santa Casa da Misericórdia,

que fundei, e para o qual construí a Policlínica que já tantos serviços vai prestando às crianças pobres da cidade. (Arquivo do IHGB, Coleção José Carlos Rodrigues, notação: 585-1).

O pedido de José Carlos para que o mimo fosse convertido para a obra do internato do hospital foi aceito. A lista de subscrição pública conta com setenta e sete firmas comerciais, em um universo de noventa inscritos. Esse número de empresas filantropas é certamente uma surpresa, elas superam 80% da listagem, o que me leva a crer que sem essas empresas a obra estaria comprometida. A lista de subscrição é uma espécie de aglomerado de membros da elite carioca, que se dissolvem em suas distintas camadas, seja no âmbito social, econômico ou político.

E é neste momento que este documento se torna único, ele conta com a lista dos subscritores, ou seja, aqueles que contribuiram para o mimo estão listados. Para nossa surpresa a listagem não era exatamente o que esperávamos, por assim dizer, porque ao imaginarmos esta listagem o que nos vinha a cabeça eram os nomes mais recorrentes da sociedade carioca do momento, muitos deles estavam lá, porém os doadores das maiores quantias não eram exatamente pessoas, digo, não eram a pessoa física os maiores doadores desta obra eram pessoas jurídicas, empresas, companhias, bancos etc. Diversos setores, estavam representados.

Com o advento dessas empresas uma busca paralela foi desempenhada, nós precisávamos descobrir os homens por trás dessas empresas, e fomos buscar essas personagens. O caminho escolhido por nós foi a busca no acervo da Junta Comercial, no Arquivo Nacional, onde buscamos nos registros dos contratos sociais os nomes desses homens. Afinal o estudo que nos propomos realizar é prosopográfico precisávamos identificá-los para definirmos minimamente este grupo, a medida que esses integrantes caracterizam o grupo do qual fazem parte.

Mais uma vez José Carlos Rodrigues se faz presente, mas dessa vez ele aparece com a síntese do grupo ao qual ele pertencia. Ele não só foi um benemérito de grande importância para a sociedade carioca da Primeira República, como no nosso

trabalho assume um papel de destaque já que foi o principal benfeitor de um dos hospitais estudados por nós o Hospital José Carlos Rodrigues (Policlínica do Hospital das Crianças). Ele é uma espécie de síntese do benfeitor da sociedade daquele momento, ele é o espelho do grupo ao pertencimento, evidentemente a cada qual cabem as suas especificidades. Um homem muito respeitado pelas suas ações notadamente preocupadas com o bem estar social e melhoria das condições de vida dos menos favorecidos, um homem muito influente também por ser proprietário do maior meio de comunicação existente na época, ou seja, o jornal de maior circulação no país. Ocupou também cargo de mordomo do Hospital Geral. Logo se trata de uma pessoa notoriamente importante, e atuante em múltiplas esferas desta sociedade.

O primeiro olhar me causou estranheza, mas um olhar mais cuidadoso e a apuração dos nomes dos homens por trás das empresas tornam as informações menos turvas. Todavia, antes dessa investida em busca desses homens “camuflados” nessas instituições, já é possível observar essas figuras nas instituições formais que legitimavam a elite, como por exemplo Antônio Januzzi arquiteto e empreiteiro poderoso, freqüentava o Club dos Diários (NEEDEL, 1993:96) e esteve fortemente envolvido na criação da Avenida Central, não é por simples acaso que o projeto arquitetônico da Policlínica das crianças ficou por conta de Antônio Januzzi & Filhos, ele é encontrado em um caderno com os registros da contabilidade da construção do hospital, no qual é imensamente citado por J. C. Rodrigues – em que o próprio J. C. Rodrigues intitula-o: “Custo da construção do Hospital para as crianças” - que ele mantinha relativo aos gastos com a construção. (Arquivo do IHGB, Coleção José Carlos Rodrigues, notação: DL 584-20)

Os membros da elite tinham suas instituições legitimadoras, nelas dialogavam e travavam suas redes de relações. Dentre esses clubes sociais estão: O Cassino Fluminense, o Club dos diários e o Teatro Ópera. Outro exemplo é Edward George Hime, que é quem informa J. C. Rodrigues a respeito do mimo que a ele foi oferecido pelo comércio, uma das empresas que compõe a listagem de subscrição é Hime & Cia

da qual ele é sócio, a família Hime estava ligada ao Cassino Fluminense, visto que Elkim Hime que era importador foi membro dessa instituição.(NEEDELL,1993:96)

A investigação da listagem amplia ainda mais o horizonte, o grande número de empresas do ramo de importação surpreende, bem como um número elevado de estrangeiros como sócios dessas instituições. Seria essa ação filantrópica, que foi impulsionada pelo ato de J. C. Rodrigues, uma tentativa de se legitimar perante essa sociedade? Bem, certamente essa atitude acelerava esse processo, a Irmandade da Misericórdia era nessa sociedade uma das instituições mais respeitadas, seus membros estavam diluídos na sociedade. A apuração das listagens vem de encontro a essa interpretação, que percebe o vínculo com a Irmandade como um elemento que conferia *status*.

Retomando o documento anteriormente mencionado, nossos esforços acontecem em prol da busca das personagens que as empresas ocultam. Algumas sabemos que não poderemos identificar, como no caso dos bancos que na nossa lista são especificamente 6, os listados, e desses apenas um não é de origem estrangeira.

Foram também subscritores da construção do Hospital algumas das grandes companhias presentes na cidade, em grande parte as companhias com os serviços fundamentais para o funcionamento da cidade, como companhias de navegação de energia, dentre outras, mas mais uma vez vale mencionar que dentre as nove companhias existentes em nossa listagem cinco eram estrangeiras.

Das firmas existentes na nossa listagem, treze foram identificadas, e com essas informações é possível chegarmos a algumas conclusões. Como por exemplo, que a maioria dos estrangeiros que contribuiriam tinham como produto negociado por suas firmas o café, e a maioria deles é de portugueses. Essa informação nos dá mais um importante dado, a atuação dos cafeicultores neste setor também.

Dentre os sócios das empresas doadoras, existem nobres o que ratifica a idéia de que a boa sociedade estava ligada a Irmandade da Misericórdia, visto que englobava variados setores sócias, como também uma categoria tão representativa quanto os nobres, no que tange essa lógica das classes.

Existia também por parte da elite intelectual o esforço para retirar qualquer sinal de atraso que o passado “tradição” representava, sendo que existia o empenho para a incorporação do novo que era tido como o progresso. Somadas às ações de associação as instituições filantrópicas estavam atitudes ligadas ao cotidiano, gestos esses que representavam a busca dessa sociedade por características mais aristocráticas, que poderiam ser observadas também nas roupas que usavam e na maneira de vestir dos seus integrantes.

A análise das fontes relativas ao Hospital José Carlos Rodrigues demonstra que os membros vinculados a Irmandade da Misericórdia, por meio dessa instituição, estavam dissolvidos nos variados setores sociais. Tal grupo abarcava diferentes áreas de atuação desde os membros da sociedade carioca, que compunham a elite intelectual carioca, até bancos e companhias internacionais, não deixando de salientar a considerável presença de estrangeiros. Os membros se relacionavam na medida em compartilhavam interesses. Nessa sociedade saber manejar os códigos sociais (NEEDELL,1993:96), representava grande possibilidade de êxito.

Podemos ainda afirmar a participação de representantes de diversos dos setores da sociedade compunham a elite. Desta forma a elite dos benfeitores se mostra variada, no que diz respeito a origem dos seus recursos e eficiente do que tange a amplitude de suas ações.

Resguardadas as referidas proporções, a elite do Rio de Janeiro que vivia “A inserção compulsória do Brasil na Belle Époque” (SEVCENKO,2003:35) , ou seja, estava em meio a um grupo que passava por mudanças estruturais sensíveis buscou nela mesma alternativas para atenuar os problemas aos quais os menos favorecidos estavam submetidos. E esses atores localizados no topo da hierarquia social, estavam unidos por valores comuns e crenças que compartilhavam. No que tange o relacionamento dos membros do grupo aqui analisado com os demais integrantes da sociedade, eles aconteciam no bojo dos interesses, negócios ou algo que valha em comum.

Referências bibliográficas

ABREU, Laurinda. *Memória da alma e do corpo: a Misericórdia de Setúbal na modernidade*. Setúbal: Palimage; 1999.

_____. *Igreja, caridade e assistência na península Ibérica (sécs. XVI-XVIII)*. Évora: Edições Colibri/CIDEHUS-Universidade de Évora; 2004.

ABREU, Mauricio de Almeida. *Evolução urbana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro IPLANRIO, 1997.

ADORNO, Sérgio. *Os Aprendizes do Poder*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

ANDRADE, Carlos Drummond de. *“O avesso das coisas: [aforismos]”*. Rio de Janeiro. 5 ed. Record, 2007.

_____. *Sentimento do Mundo*. Rio de Janeiro: Record, 4ª ed. 2004.

ALONSO, Angela. *Idéias em movimento: a geração de 1870 na crise do Brasil-Império*. São Paulo: Paz & Terra, 2002.

BENCHIMOL, Jaime Larry. *Pereira Passos: um Haussman Tropical: A renovação urbana da cidade do Rio de Janeiro no início do século XX*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, Departamento geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1990

BLOCH, Marc Leopold Benjamin. *Apologia da História ou O Ofício de historiador*. Prefácio, Jacques Le Goff; apresentação à edição brasileira, Lilia Moritz Schwartcz; Tradução André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

BOBBIO, Norberto. *Dicionário de política I* Norberto Bobbio, Nicola Matteucci e Gianfranco Pasquino; trad. Carmen C. Varriale et ai.; coord. trad. João Ferreira; rev. geral João Ferreira e Luís Guerreiro Pinto Cacaís. - Brasília : Editora Universidade de Brasília, 1ª ed., 1998. Vol. 1.

BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. Lisboa: Difel; Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 1989.

CHALOUB, Sidney. *Cidade Febril: Cortiços e epidemias na corte imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

_____. *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque*. SP: Editora da Unicamp, 2001.

CARVALHO, José Murilo de. *A Construção da Ordem: a elite política imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CHARTIER, Roger. “A visão do historiador modernista” IN: FERREIRA, Marieta de Moraes et AMADO, Janaina (orgs). *Usos e abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV; 5^a ed.; 2002.

FREYRE, Gilberto. *Sobrados e Mucambos*, 2 vols., Rio de Janeiro: José Olympio, 1985.
_____. *Ordem e Progresso*. São Paulo: Global Editora, 6^a ed.rev., 2004.

GRAMSCI, Antonio. *Os Intelectuais e a Organização da Cultura*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1988.

HEINZ, Flávio M. (org.). *Por outra história das elites*. Rio de Janeiro: Editora FGV; 2006.

LE GOFF, Jacques. *São Luís*. Biografia. Rio de Janeiro; São Paulo: Ed. Record, 1999.

LEVI, Giovanni. “Usos da Biografia” IN: FERREIRA, Marieta de Moraes et AMADO, Janaina (orgs). *Usos e abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV; 5^a ed.; 2002.

LOBO, Eulalia Maria Lahmeyer. *História do Rio Janeiro: do capital comercial ao capital financeiro*. Rio de Janeiro; IBEMEC; 1978.

MATTOS, Ilmar R. de. *O Tempo saquarema*. São Paulo: Hucitec, 2004.

NEEDELL, Jeffrey D. *Belle époque tropical: Sociedade e cultura de elite no Rio de Janeiro, na virada do século*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

PAIVA, Ataulpho de. *Justiça e Assistência*. Rio de Janeiro: Typ. Do Jornal do Commercio; 1916.

RIO, João do. *A alma encantadora das ruas: crônicas/ João do Rio; organização Raúl Antelo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

SANGLARD, Gisele. *Entre os salões e o laboratório: Guilherme Guinle, a saúde e a ciência no Rio de Janeiro – 1920-1940*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz; 2008.

SANGLARD, Gisele. “A Primeira República e a constituição de uma rede hospitalar no Rio de Janeiro” In: PORTO, A. ET AL. *História da saúde no Rio de Janeiro: instituições e patrimônio arquitetônico – Rio de Janeiro (1808 -1958)*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz; 2008.

SANGLARD, Gisele, FERREIRA, Luiz Otávio. *Médicos e filantropos: a institucionalização do ensino da pediatria e da assistência à infância no Rio de Janeiro da Primeira República*. In: VARIA HISTÓRIA, Belo Horizonte, vol.26, nº44: p.437-459, jul/dez 2010.

SEVCENKO, Nicolau. *A literatura como missão – tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. São Paulo: Companhia das Letras ; 2ª. ed.; 2003.

STONE, Lawrence. *The past and the present revisited*. Londres/New York: Routledge; 1987.

VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. *Experiências da prática associativa no Brasil (1860-1880)*. In: Topoi, v.9,n.16, jan.-jun. 2008, p.117-136.